

“A MARÉ É MEU PAÍS”: REFLEXÕES SOBRE A METROPOLIZAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ.

Julia Carneiro Rossi

1. Introdução

A geografia urbana está se redefinindo para acompanhar as transformações das cidades contemporâneas marcadas pela forte presença da globalização. Restringir-se na discussão sobre urbanização não dá mais conta nesse contexto onde novos elementos e dinâmicas estão sendo produzidos nas grandes cidades. Nesse contexto, surge a necessidade de se aprofundar em como esses processos espaciais estão sendo afetados por essa transformação de urbano para urbano-metropolitano orientada pela metropolização. Nesse sentido, o conceito de metropolização do espaço é introduzido com uma expressão geral, em termos de escala, de lugar aberto a interações com o externo.

Pensar esse processo no contexto carioca é complexo. A metropolização do espaço do Rio de Janeiro pode ser abordada por diferentes leituras que ajudam a pensar como as estratégias de gestão territorial se dão, bem como a reprodução das desigualdades sociais. Dentre esses diferentes caminhos possíveis escolho me debruçar sobre uma região estratégica para metrópole do Rio de Janeiro: o Conjunto de Favelas da Maré.

Nessa introdução busco descrever brevemente o processo de metropolização do Rio de Janeiro e o histórico de desenvolvimento da Maré para posteriormente fazer uma análise desse microcosmo com a discussão teórica sobre metropolização do espaço na Maré. Na fundamentação teórica utilizo três referenciais para discutir a produção do espaço na Maré e a relação com o processo de metropolização desse espaço. O primeiro é o próprio conceito de produção do espaço que Lefebvre (2008) propõe, o segundo é a noção de metropolização elaborada por Lencioni (2017) e Davidovich (2000), e o terceiro referencial que busco é sobre os processos de reestruturação espacial e reescalonamento a partir de apontamentos de Brenner (2013) para discutir as transformações da Maré e a questão urbana no Rio de Janeiro. Além dessas referências também utilizo uma bibliografia produzida por instituições na Maré, como o Censo Populacional da Maré, o Boletim de Segurança pública dentre outros.

Sendo assim, o objeto de estudo dessa monografia é a produção do espaço da Maré como microcosmo do processo de metropolização do Rio de Janeiro e a reprodução das desigualdades sociais.

1.1 A Metropolização do Rio de Janeiro e a Maré

A cidade do Rio de Janeiro possui algumas singularidades no seu processo de metropolização. Além da concentração de população e de atividades desde o passado colonial, quando foi constituída em posto avançado da metrópole ultramarina, esse perfil avançou ao longo da história tendo seu auge quando foi capital do país e, mais tarde, com a posição metropolitana. Desenvolveu-se um tipo de dominação sobre o território estadual configurando esse caráter singular perante a outros casos no país. Atualmente a região metropolitana do Rio de Janeiro concentra cerca de 80% da população urbana de um Estado de pequena extensão territorial (43.900 km²), onde cerca de 95% dos habitantes vivem em cidades e vilas (DAVIDOVICH, 2001).

A grande indústria exerceu um papel fundamental na estruturação da metrópole, em particular a construção naval, o refino do petróleo e a metalurgia. Mas, já em 1950, o setor de serviços prevalecia na economia da cidade do Rio de Janeiro, fluxo de rendas, procedentes de todo o país, e de migrantes, que contribuíram para avolumar um terciário de baixa qualificação e remuneração. Foi nesse contexto que a Maré surgiu, sua ocupação foi consolidada quando o poder público federal decidiu, em 1940, construir a variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil. Essa via integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara com o objetivo de ligar o centro da cidade aos distantes subúrbios e alargar a malha industrial da cidade. Desse modo, a Avenida Brasil contribuiu para a ocupação e consolidação da Maré, pois, além de promover aterramentos e vias de acesso que foram pontos de partida para muitas ocupações, atraiu muitas pessoas que trabalhavam na sua construção para o seu entorno. A Refinaria de Manguinhos (1954) também consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Também ocorria nessa época a construção da Cidade Universitária que viria abrigar a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, pois muitos dos operários que construíram o campus foram morar no Morro do Timbau (Diniz *et al*, 2013).

Uma das riquezas da Maré é sua história e suas profundas transformações ambientais características da geografia da Maré. Como mostra o mapa abaixo (figura 1), a construção da ilha do fundão e da Maré aterraram regiões de mangue e ilhas.

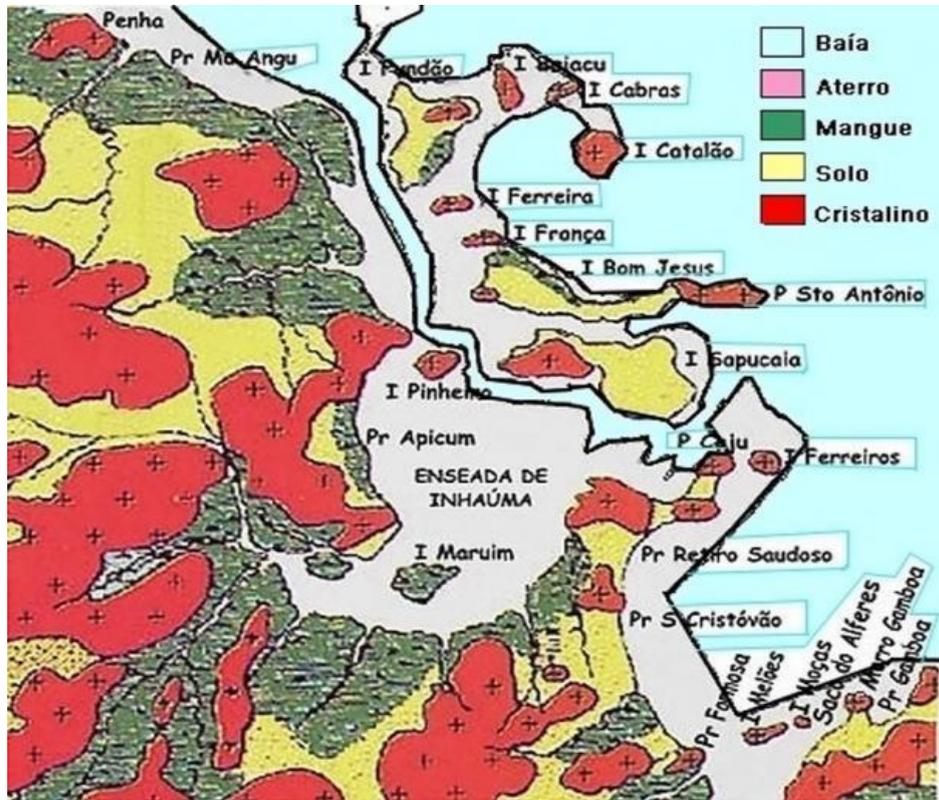


Figura 1: Mapa do relevo da região do Caju, Leopoldina, Maré. Ilha do Fundão. (<http://www.gfdesign.com.br/canaldofundao/1500-1808.php> acesso em: 14/12/2019)

A região que antes era caracterizada por ser um estuário, local onde diversas espécies marinhas se reproduzem, deu espaço para ocupação de palafitas e, posteriormente, aos aterros. Esse é um dos aspectos mais peculiares da Maré, cujo território, além de conquistado, passou por um processo de construção, através de aterros realizados pelos próprios moradores. Assim, de forma lenta e contínua, os moradores começaram a desenvolver estratégias para produzir seu próprio chão a partir da possibilidade de aterrar o manguezal. Esse processo significava melhores condições de moradia ainda que as reivindicações para que as promessas do Projeto Rio fossem cumpridas permanecessem em pauta (SILVA, 2006).

O conjunto de favelas da Maré está localizado entre as principais vias do Rio de Janeiro, a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela, à margem da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e é hoje o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina. Diniz (2017), ainda ressalta duas fases de crescimento e expansão distintas da Maré, uma

realizada pelos moradores a partir de seus próprios recursos, sem apoio do Estado ou do mercado, e outra, realizada pelo próprio poder público, sobretudo nas décadas de 1960 até 1990 do século passado.

Fazendo essa análise a partir do processo de ocupação da Maré podemos situar esses dois períodos com o surgimento das favelas: o início da sua consolidação, com os moradores se instalando pela primeira vez na década de 40 na Baixa do Sapateiro (1947), o Conjunto Marcílio Dias (1948), o Parque Maré (1953), o Parque Rubens Vaz (1954), o Parque União (1961) e a Praia de Ramos (1962). Quando o governo da ditadura militar anuncia a construção de conjuntos habitacionais para transferir as famílias das favelas da cidade, surge Nova Holanda (1962), e depois os seguintes conjuntos habitacionais: Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1983), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000). Essas comunidades foram construídas em áreas aterradas de manguezal para abrigar famílias removidas de áreas de risco (encostas de morros, margens inundáveis de rios etc.), moradores de rua e famílias que ainda moravam em palafitas na Maré, especificamente na favela Roquete Pinto.

A Maré passou a ser designada oficialmente como “bairro Maré” em 1994, sob a prefeitura de César Maia. Essa formalização feita de fora para dentro gerou um estranhamento por parte dos moradores que não reconheciam esse território como um único “bairro”, pois cada comunidade que constitui o a Maré foi construída por processos históricos distintos que marcaram a sua identidade local (SILVA, 2010). Esse histórico de atuação do governo nos leva a pensar nas formas de gestão territorial que se dão e os interesses que orientam essas decisões. Em contraponto, novos modos de organização comunitária são criados para acompanhar essas transformações, como é o caso do fórum das associações de moradores das dezesseis favelas que compõem a Maré e que pautam juntos uma agenda de demandas para o poder público.

2. Objetivo:

O texto como objetivo refletir como a produção dos espaços no Conjunto de Favelas da Maré pode ser entendida como um microcosmo do processo de metropolização do Rio de Janeiro e relacionar com a reprodução das desigualdades sociais.

3. Justificativa:

No momento atual que estamos vivendo com o avanço do neoliberalismo, ideologia essa que orienta práticas de organizações e governos, se faz necessário ainda mais compreender como as desigualdades que sustentam essa lógica hierárquica e homogeneizadora do capitalismo contemporâneo. Levando em conta que a produção desigual do espaço da Maré é acirrada pela a metropolização do Rio de Janeiro é preciso buscar identificar como esse processo atenua as reprodução de injustiças sociais.

O IBGE ainda define as favelas, dentre outros territórios populares, como “aglomerados subnormais” (CENSO IBGE, 2010), mas existe um processo em andamento de revisar tal nomenclatura¹. Silva (2009) e Davidovich (2000), consideram que tal definição nos remete à visão homogeneizadora dos órgãos estatais envolvidos com o fenômeno da favelização ao longo da história e pressupostos sociocêntricos que sustentavam o olhar dos técnicos na observação desses espaços, com a valorização, acima de tudo, das ausências que caracterizariam aquelas novas áreas urbanas. Davidovich (2000) também aponta a defasagem das definições empregadas nos dois últimos Censos populacionais para o levantamento de favelas. Nota-se que nos Censos de 1980 e 1991 a definição de favelas se refere à carência de equipamentos e de serviços urbanos e à ocupação geralmente densa e desordenada em terreno de propriedade alheia, pública ou privada.

O espaço possui múltiplas definições e nenhum de seus significados pode ser compreendido de forma isolada, quando associamos esse conceito ao processo de metropolização encontramos diversas possibilidades de abordagem e entendimentos sobre a questão urbana. Pensar nessas possibilidades contribui para que a favela, ou especificamente o Conjunto de favelas da Maré, não seja pensado de forma estigmatizante ou que reduza suas diferenças e riquezas de realidades e um padrão de narrativa homogeneizador.

4. Fundamentação Teórica:

Para fundamentar a discussão teórica busco três abordagens para pensar a Maré como microcosmos da metropolização do Rio de Janeiro. Início apresentando o conceito de espaço para Lefebvre e outros elementos que da geografia urbana que contribuem para se pensar a produção do espaço na Maré. Em seguida, trago referenciais sobre metropolização do espaço e a transformação da paisagem e signos da metropolização. Por último recorro a discussão

¹ Foi realizado esse ano o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, organizado pelo IBGE, que teve como um dos objetivos discutir e revisar o conceito “aglomerado subnormal”.

sobre reescalonamento como uma tentativa de analisar alguns dados e ampliar o entendimento sobre as escalas na Maré e a importância de se repensar a favela nos estudos urbanos.

4.1 Produção social do espaço e direito à cidade

Ao elaborar a teoria sobre espaço, Lefebvre utiliza quatro hipóteses para pensar essa conceituação. Na primeira o espaço aparece de forma pura, excluindo as ideologias, separada de todo conteúdo, o espaço é a essência. Na segunda hipótese o espaço social aparece como um produto da sociedade e depende principalmente da descrição empírica antes de qualquer teorização. O espaço é considerado resultado da divisão do trabalho, um produto histórico, o lugar que reúne os objetos produzidos, isto é, que cumpre uma função. O espaço é a objetivação do social, das relações que a sociedade materializa a partir de uma intencionalidade. Na terceira o espaço é abordado como meio, um instrumento, uma mediação. O espaço é um instrumento político controlável, do Estado, de uma classe dominante, ou dos tecnocratas, mas também realiza uma função, a da reprodução da força de trabalho pelo consumo, vinculado a normas e valores burgueses. Na quarta e última hipótese o espaço não é um objeto, nem uma mercadoria, nem sequer um instrumento - disse Lefebvre. O espaço não é o lugar da produção de coisas, mas da reprodução das relações sociais. E essa reprodução inclui a do espaço urbano, dos espaços dos lazeres, dos espaços educativos, os espaços da cotidianidade.

Sendo assim, para esse autor a “produção do espaço”, visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção, as contradições do espaço se dão a partir do conteúdo prático e social e do conteúdo capitalista que expressa a dimensão política da luta, da disputa, do conflito entre, por exemplo, as classes sociais. O espaço é simultaneamente global e pulverizado, vivido e funcional, concebido e vendido, imediato e distante, estratégico e intencional, quadro da reprodução da vida e do consumo.

Ao situar as contradições do espaço é importante ressaltar o privilégio da classe dominante, que segundo o autor, possui dois poderes sobre o espaço: a propriedade privada do solo e ação do estado. Considera-se que as relações de propriedade criam um espaço absoluto de controle e esse privilégio da classe dominante opera com a ação do estado a seu favor. É possível relacionar esse controle urbano com a atuação da polícia que difere sua abordagem de acordo com o lugar e a origem das pessoas. Isso pode ser verificado no argumento de Silva (2009, p.68):

A forma como a polícia atua nas favelas é contraposta, por sua vez, à atuação nas áreas nobres da cidade. Nessas, a abordagem, a atitude e o reconhecimento de que é preciso proteger o cidadão pretensamente de bem e pagador de impostos são os princípios norteadores da ação dos profissionais do Estado.

No contexto atual, as práticas sociais estabelecidas nas favelas, inclusive as dos agentes do Estado, quando são identificadas, são construídas a partir de representações estigmatizantes que sustentam a reprodução das políticas públicas hegemônicas na cidade do Rio de Janeiro, em particular, no campo da segurança pública. Essas políticas dizem respeito à guerra às drogas, na qual a repressão policial e o enfrentamento bélico são utilizados de forma indiscriminada, sem se considerar os direitos fundamentais dos moradores. Essa opressão também justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos "inimigos", em geral jovens negros e pobres, que não têm nem o direito à prisão.

Lefebvre (1991), no livro "Direito à Cidade", faz referência aos processos de industrialização e urbanização que caracterizam a sociedade moderna. Se para o autor a industrialização era um ponto de partida para reflexão, podemos refletir nos dias de hoje sobre como esse processo vem se transformando a partir das próprias consequências que ocorreram nesses anos. É importante ressaltar também que essa noção de modernidade construída a partir do desenvolvimento das indústrias e das grandes cidades vem sendo discutida a partir de perspectivas pós-modernas que propõem fazer uma outra leitura do conceito de moderno. Tal leitura diz respeito às características da modernidade que muitas vezes são ocultadas, como extermínio de populações tradicionais, como pescadores e indígenas, assim como a exploração de reservas naturais, consequências desse ideal desenvolvimentista moderno.

Segundo Lefebvre (1991, p.28) "Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade.". A cidade foi construída a partir de um padrão no qual a pobreza não é incluída e as formas de ocupação e de sobrevivência das classes marginalizadas possuem uma dinâmica própria, diferente de bairros onde sua população tem seus direitos atendidos. Podemos superar a idéia de Cidade Partida, proposta por Zuenir Ventura (1994), a partir do entendimento de que o subúrbio também é o centro, encaixando com o conceito de núcleo urbano que Lefebvre desenvolve. Para ele, o núcleo urbano tem um duplo papel: o lugar de consumo e o consumo do lugar. No entanto, a ideia de que o núcleo urbano apenas como a representação do centro comercial da cidade antiga não está mais dando conta da

cidade em transformação, é colocada pelo autor como a crise da cidade, crise teórica e prática. O núcleo urbano passa a rachar, ele não desaparece mas transborda em outras formas.

4.2. Desafios da Metropolização

Foram nas duas últimas décadas do século XX, quando as transformações estavam ocorrendo nas metrópoles, que a discussão teórica sobre metropolização foi sendo pautada de forma mais significativa. O que antes se entendia por metrópole e por região metropolitana passou a ser central na reflexão sobre os rumos da urbanização. A noção de metropolização do espaço é bastante recente e importante na busca pela compreensão das transformações que ocorrem no seio da sociedade.

Alguns autores, como Lencioni (2017) e Soja (2013), comungam que essa nova fase da urbanização, que rompe com a urbanização metropolitana e está sob influência de novas dinâmicas urbanas, se constitui em mudanças radicais na urbanização que denominam por metropolização. Essas mudanças radicais implicam na produção de novas formas, novos conteúdos na produção do espaço, não significa que os elementos anteriores deixem de existir, eles continuam sendo produzidos, mas não exprimem a hegemonia do processo de metropolização. Sendo assim, a metropolização incorpora algumas características anteriores e desenvolve outras que influenciam, como, por exemplo, a grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais.

Esse processo metropolização é marcado, ao mesmo tempo, pelo adensamento de determinadas áreas, como também pelo espaçamento da metrópole e suas operações urbanas de renovação ou de revitalizações que geram uma intensa gentrificação (LENCIONI, 2017). Para Soja (2013), transitamos de uma urbanização metropolitana para uma urbanização regional policêntrica. Ele sustenta a ideia de que há uma mudança paradigmática na natureza do processo de urbanização, da concentração para a dispersão associada ao desenvolvimento de policentralidades. Essas novas conformações constituam um desafio ao conhecimento.

Em algumas entrevistas que fiz para minha pesquisa de mestrado uma das perguntas era saber os pontos positivos da Maré e a maioria dos entrevistados falaram sobre como na Maré “tem de tudo”, comércio, serviços e lazer. Recorro aos dados do Censo de empreendimentos econômicos da Maré, onde foram encontrados 3.182 empreendimentos, com uma cobertura de 92,8% do universo, dentre eles 66% de comércio, 33,3% de serviços e 0,7% de indústria. A Maré passou a não ter mais esse caráter de subúrbio que se localiza

distante da cidade e dos serviços, ela em si é um núcleo urbano que é um lugar de consumo e um consumo do lugar. Utilizando ainda os dados da pesquisa do Censo de Empreendimentos da Maré, podemos identificar que dos 1.948 empreendimentos do setor de comércio 660 são bares, 307 empreendimentos de estética beleza e 216 de roupas, somando 40% dos empreendimentos da Maré. (ROSSI, 2018)

Lencioni, (2015) descreve esse processo de forma poética quando compara algumas cidades como nebulosas:

“Muitas cidades estão enredadas em imensos aglomerados urbanos que foram verdadeiras nebulosas urbanas. Como nebulosas, esses aglomerados apresentam uma forma difusa com tendência a condensação. (...) Sua natureza, como nebulosa urbana, é de esgarçamento, de múltiplas porosidades e de descontinuidades diante da volatilidade que lhe é inerente. (p.35-36)”

Essas grandes aglomerações urbanas comportam um alto grau de interação devido aos fluxos de diversas naturezas e densidades que aí se entrecruzam e se adensam. Nessas aglomerações urbanas, as metrópoles e cidade importantes são marcadas pela presença signos metropolitanos que estão em diferentes espaços e se impõem sobre tudo e todos (LENCIONI, 2015).

A paisagem nos mostra uma metamorfose e essas transformações são orientadas pelo do domínio do dinheiro, uma vez que tudo está sob o mando desse. É partir desse comando que as hierarquias se formam. O espaço que tende a crescente homogeneização, apresenta-se fragmentado e também é constituído de hierarquias. Nesse sentido, a metropolização do espaço se constitui num processo hegemônico, que subordina a urbanização, dentre outros processos. Se antes tínhamos a lógica dominante do capital industrial associado à lógica do urbano, hoje temos a lógica do capital financeiro relacionado à lógica da metropolização (LENCIONI, 2015).

Davidovich(2001) nos induz a refletir sobre até que ponto as formas de urbanização, introduzidas na favela carioca, convergem para um condicionamento subalterno de camadas da população na cidade socialmente hierarquizada, que se associa à dualidade entre uma população dependente dos recursos escassos do setor público e uma população reduzida que dispõe de meios para pagar serviços do setor privado. Para dimensionar essas mudanças no contexto da Maré, essa encruzilhada do Rio de Janeiro, recorro a discussão sobre escalas e reescalamentos a partir de alguns dados.

4.3. Reestruturação socioespacial

A metropolização do espaço, num sentido amplo, contribui para transformar as dinâmicas espaciais urbano-metropolitanas em todas as escalas territoriais. Brenner(2013), aborda as escala como resultados “temporariamente estabilizados de diversos processos socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos” (p.209). São os processos de escalonamento e reescalonamento, em vez das escalas por si só, que devem ser o foco de análise para abordagens sobre a questão da escala. O espaço nunca é uma realidade fixa, estática ou pré-estabelecida, já que está sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo, por isso a necessidade de se entender debruçar sobre os processos de reescalonamento.

Conforme o IPP, a população da cidade do Rio de Janeiro cresceu 8% entre 2000 e 2010. No entanto, a variação da população em favelas foi de 19%, enquanto a da não favelada, de apenas 5%. A população da favela cresceu em um ritmo quase quatro vezes maior que o restante da cidade. A Maré representa quase 10% da população residente em favelas no município do rio. Além disso representa quase mais de 20% de todos os residentes em favelas na área de planejamento em que está localizada, a Área de Planejamento 3, que fica na zona norte (Redes da Maré, 2019) Segundo dados do Censo da Maré, mudando a escala geográfica de análise, a Maré, caso fosse um município, seria 21º mais populoso do Estado do Rio de Janeiro dentre os 92 municípios. Na Região Metropolitana, seria o 12º entre 21º, e em escala nacional, é mais populosa do que 96% dos municípios brasileiros.

Esses processos de reescalonamento redefinem as conformações socioespaciais e reajustam as geografias e coreografias das relações de poder. O escalonamento e reescalonamento dos processos sociais são mediadores e mediados por relações de poder social profundamente assimétricas e conflituosas. A reorganização das hierarquias escalares criam geografias de inclusão/exclusão e dominação/subordinação que conferem poder a alguns atores, alianças e organizações em detrimento de outros, de acordo com critérios como classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade.

Como já foi descrito anteriormente, a política de segurança pública nos territórios de favelas segue essa lógica de opressão, não só em seus territórios mas essa população também vai sofrer essa exclusão em outras partes da cidade. Segundo o boletim de segurança pública da Maré (Redes, 2018), em 2017, aconteceram 41 dias de operação policial, foram 35 dias sem escola, 45 dias com atividades suspensas no posto de saúde, 57 feridos e 42 mortes em

decorrência de confrontos armados. Seguramente esses números são diferentes de outras partes da cidade e assustam já que se referem a direitos básicos de qualquer cidadão.

É comum ouvir de jovens da Maré o ditado popular “A Maré é meu país”. Esse jargão veio de uma construção de narrativas que colocam a Maré como se fosse uma cidade, um lugar que você tem tudo, que agrega identidades e que existe uma rede de amparo. Por outro lado, existem uma juventude da Maré que não sai de suas comunidades, ficam diariamente naquele cotidiano da favela e evitam circular a cidade por diversos motivos. Nesse sentido o conjunto de favelas tem proporção maior do que muitas outras cidades, ele está nesse patamar que as escalas se permeiam e é possível explorar esse universo do escalonamento pensando outras dimensões. Nessa perspectiva podemos refletir sobre algumas questões: a quem interessa a Maré ser vista como local de carência e violência? Como demandar do poder público investimentos proporcionais com o porte da Maré e sua importância para a cidade?

5. Considerações finais

Nesse processo de conhecer a Maré e estudar sobre o que se tem produzido nesse território, na academia e em outras narrativas, foi possível perceber a potência do discurso da favela como parte da cidade e detentora dos seus direitos. Diversos grupos, em suas atuações em favelas e periferias, lutam por direitos básicos que ainda não são atendidos enquanto outras partes da cidade não sofrem com esse problema. Essa desigualdade se baseia na ideia de que a favela não faz parte da cidade, onde os investimentos públicos são menores e a abordagem midiática é apoiada em ideais discriminatórios.

É importante ressaltar também que esse projeto de intervenção urbana autoritário ao longo da história também provocaram forte resistência dos moradores que desde o início da sua instalação já lutavam pelos seus direitos. A organização coletiva dos moradores foi decisiva para evitar remoções por parte do Estado e, ao mesmo tempo, garantir um mínimo de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades. Sendo assim, a atual configuração da Maré é produto da ocupação de famílias de trabalhadores sem condições de adquirir a habitação no mercado formal e de programas de moradia Estado para populações de baixa renda.

Nesse sentido, é necessário pensar um planejamento urbano alternativo, que tenha a participação popular e melhor distribuição de investimentos públicos para que haja uma



gestão mais democrática e socialmente justa. No âmbito da epistemologia da produção do espaço, o espaço concebido e o espaço vivido são as escalas relacionadas com essas novas formas de (auto)gestão territorial, isto é, ligadas à vida no lugar. Tal perspectiva coloca em pauta que o objetivo de assegurar o direito à cidade para diferentes segmentos da população não pode ficar restrito a um projeto único já que deve envolver a ação múltipla e consciente da sociedade.

Bibliografia

FERREIRA, A.; RUA, João; MATTOS, Regina Celia de. **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BRENNER, N.. **Reestruturação, Reescalamento e a Questão Urbana**. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), (33), 198-220. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74311>, 2013.

DINIZ, E. N. J. **A relação escola-família-vizinhança na favela da Maré e o Programa Escolas do Amanhã/Bairro Educador** / Edson Diniz Nóbrega Junior ; orientadora: Alicia Maria Catalano de Bonamino; co-orientador: Burgos, Marcelo Tadeu Baumann, 2017.

DINIZ, E.NJ; BELFORD, M.C; RIBEIRO, P. **Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré** / [Organizado por:] Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Castro; Ribeiro, Paula – Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2013.

DAVIDOVICH, F. **Um repensar da favela: tendências e questões**. Cadernos Metrôpoles, nº 4. São Paulo: Ed. EDUC, 2000.

DAVIDOVICH, F. **Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro**. Encuentro de Geógrafos de América Latina, 8. Anais... Santiago, pp. 499–505 (1 CD-ROM). Também em Cadernos Metrôpole, n.º 6, 67-77, 2001.

Redes da Maré. **Censo Populacional da Maré** Rio de Janeiro: Redes da Maré. 108p, 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 145 p. Título original: Le droit à la ville, 1991

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LENCIONI, S. (2017) Capítulo de livro, no prelo. In: BÓGUS, L.; PASTERNAK, S.; MAGALHÃES, L. F. A. **“Metropolização, Governança e Direito à Cidade: Dinâmicas, escalas e estratégias”**. São Paulo. Editora da PUC-São Paulo, 2019.



LENCIONI, S. Para além da urbanização metropolitana: metropolização e regionalização pós-metropolitana. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João e MATTOS, Regina Célia. **O espaço e a metropolização. Cotidiano e ação.** Rio de Janeiro, Consequência. P.145-168, 2017.

ROSSI, J. C. **Esse habitat onde a gente mora : conhecimentos locais como fundamento para a educação ambiental no Complexo da Maré** / Julia Carneiro Rossi ; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau, 2018.

SOJA, Edward W. **Para além de postmetropolis.** *Revista UFMG*, n. 20, p. 137-167, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 14 dez 2019.